

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Volta da Tarde

Class.: 11

Data 9 de julho de 1983

Pg.: _____

SBPC: proposto um livro didático regional

BELÉM (AP) — A mesa-redonda sobre o "Livro Didático no Brasil" foi um dos eventos mais concorridos ontem, segundo dia de atividades da 35.ª Reunião Anual da SBPC — Sociedade Brasileira para o Progresso de Ciência. Os trabalhos começaram de forma tensa, terminando num clima descontraído, apesar das acusações feitas durante os debates.

O prof. Jaime Ponski, da Unicamp, abriu o encontro, anunciando a presença, na mesa, de Osvaldo Dolce, da Editora Atual, e de Raimundo Jinkins, da Livraria Jinkins. A primeira exposição coube a Dolce, para quem "a escolha do livro descartável (uma das formas do livro didático) cabe aos professores. Aliás, afirmou, são os próprios professores que o exigem, pois necessitam dele para ministrar as aulas". Em seguida, Jinkins disse que o livro didático no Brasil custa caro por causa dos constantes pacotes econômicos.

Abertos os debates, os professores presentes — a grande maioria do plenário — criticaram o livro didático descartável, acusaram as livrarias de visar apenas ao lucro e disseram que são os diretores, nas escolas particulares, que escolhem os livros a serem utilizados, enquanto na rede pública a decisão cabe às Secretarias de Educação.

No final, inúmeras intervenções em forma de depoimento apresentaram a necessidade de se criar um livro didático regional, observando-se as condições de cada Estado. Os participantes concordaram, quase que de forma unânime, que o livro didático é antidemocrático, pois apresenta um conhecimento acabado, estanque. Segundo o prof. Jaime Ponski, caberia à Universidade estruturar equipes multidisciplinares para produzir livros, atendendo a método pedagógico e de conteúdo amplamente discutido e aceito pela maioria dos educadores.

O ciclo de conferências sobre as "Contribuições das recentes expedições científicas à Amazônia" contou com a participação de professores, representantes de instituições de pesquisas e de instituições estrangeiras que mantêm ou mantiveram expedições na Amazônia.

O consenso geral é de que, apesar de se ter um certo conhecimento sobre a Amazônia, muito resta ainda a saber e a ser feito, principalmente no tocante ao levantamento dos seres vivos, cujo inventário está no início. O levantamento da fauna e da flora amazônicas foi considerado tarefa extremamente urgente, que precisa ser executada a curto prazo.

No fim do ciclo serão propostas, entre outras, as seguintes medidas: maior participação de cientistas brasileiros em expedições; apoio à formação de pessoal de alto nível, principalmente da própria região; e que se crie, na medida do possível, uma Expedição Permanente da Amazônia, multidisciplinar e multiinstitucional, aberta principalmente a jovens estudantes de graduação e pós-graduação.

LINGUAS INDIGENAS

O prof. Arion Rodrigues, da Unicamp, no simpósio sobre "Descrição e preservação de línguas indígenas da Amazônia", afirmou que é necessário fazer um trabalho urgente, para evitar que as 170 línguas faladas no Brasil desapareçam nos próximos anos.

Segundo ele, a invasão de projetos econômicos está contribuindo para acabar com as populações indígenas e só um grande impulso na pesquisa do setor linguístico poderá preservar esse grande patrimônio cultural que só o Brasil possui. O prof. Arion disse, também, ser fundamental a criação, na própria Universidade, de cursos de especialização de linguísticas que aprendam idiomas indígenas, para melhor preservá-los.

POLOS INDUSTRIAIS

O físico José Goldemberg, presidente da Cesp — Companhia Energética de São Paulo, disse ontem, em entrevista, que é "impossível impedir a ocupação da Amazônia" e que é "uma coisa idílica e poética alguém achar que isso não vai ocorrer". Ele defendeu a ocupação da Amazônia através de polos industriais, para evitar a abertura de imensas pastagens, que entram em processo de deterioração. "Dos males o menor", afirmou.

Por sua vez, em conferência sobre "O Pará e a questão nacional", o procurador-geral daquele Estado, Benedito Montelero, afirmou que "o Pará está totalmente destruído e desfigurado pela política de ocupação implantada a partir de 1969, através de um projeto nacional que nunca atendeu às realidades locais".

Montelero condenou a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, classificando-a de "uma das maiores violências contra a natureza, o Estado e o povo paraenses". Disse, também, que o Pará domina hoje apenas 15% do seu território, administrado, em sua grande parte, por órgãos do Conselho de Segurança Nacional, como o Getat — Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins e o Gebam — Grupo Executivo do Baixo Amazonas.

POETAS

Ao lado da programação cultural normal da SBPC, estão surgindo diversas outras manifestações espontâneas, desde exposição de fotografias, no campus, à leitura de poesias. Aliás, poetas é o que não falta. Jovens de Manaus, Belém e outras cidades da Amazônia estão aproveitando para lançar seus trabalhos. "Shows" musicais também dominam o cenário do encontro, paralelamente às atividades científicas.